

# Tráfico no Congresso é apurado

A Polícia Federal vai investigar uma possível conexão entre a quadrilha de tráfico de entorpecentes que atua no Congresso Nacional — cuja existência foi revelada neste final de semana com a prisão, em Fortaleza (CE), do jornalista César Fialho — e o ex-deputado Jubes Rabelo (PTB-RO), cassado no ano passado.

O corregedor da Câmara, deputado Waldir Pires (PDT-BA), informou ontem que a denúncia será rigorosamente apurada com o auxílio da Polícia Federal e, caso haja parlamentares envolvidos, o Congresso dará licença para a Justiça processá-los. "Não se pode confundir imunidade com impunidade", disse Pires. Para o deputado, a punição exemplar aplicada a Jubes Rabelo é prova cabal de que o Congresso não é acoberta criminosos. "É preciso deixar claro que o Congresso não é um ponto de tráfico. O que há aqui, como pode ocorrer em

qualquer instituição, é a existência de cidadãos criminosos, e esses serão combatidos com todo o rigor da lei, sem qualquer manto protetor", garantiu.

Desde a cassação de Jubes Rabelo, o Congresso Nacional iniciou um programa de intercâmbio com a Polícia Federal para combate às drogas. O curso de treinamento dos seguranças da casa termina na próxima semana. A assessoria do senador Mauro Be-nevides informou que os novos nomes e os novos fatos inseridos do dossiê de Moroni Torgan serão anexados ao inquérito policial que apura o tráfico de drogas no Congresso. Enquanto o curso de treinamento se desenvolve, um grupo especializado em combate a entorpecentes, cedido pelo Governo do Distrito Federal, está agindo nas entradas da Câmara e do Senado, ajudando na identificação de suspeitos e de traficantes com passagens pela polícia.